



PROJETO RONDON: ANÁLISE DO CARÁTER EXTENSIONISTA PELAS DIRETRIZES DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Victória Mendonça da Silva – UFRGS

Grupo de Trabalho: GT 5 – Experiências em Extensão e Direitos Humanos

RESUMO:

A pesquisa analisa o Projeto Rondon a partir das diretrizes da curricularização da extensão universitária, conforme a Resolução nº 7/2018, que estabelece 10% da carga horária dos cursos de graduação destinados a atividades extensionistas. O estudo associa tais diretrizes ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 e à pedagogia freireana, que propõe a educação como prática de liberdade e diálogo horizontal entre universidade e sociedade. A partir de um estudo de caso do Núcleo Rondon da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a investigação buscou identificar o caráter extensionista das ações realizadas na Operação Mangabeiras, em Sergipe, entre janeiro e fevereiro de 2024. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com quinze participantes (dez alunas e cinco professores) que integraram operações do projeto nos últimos cinco anos. As respostas foram analisadas à luz de autores como Paulo Freire (2014, 2015), Gadotti (2017) e Calderón (2011), que defendem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os resultados indicam avanços na incorporação de práticas dialógicas e participativas, mas também revelam tensões decorrentes da estrutura militar do programa e da permanência de traços assistencialistas. Conclui-se que o Projeto Rondon, embora se aproxime dos princípios freireanos em alguns aspectos, ainda precisa aprofundar sua inserção curricular e crítica, de modo a consolidar a extensão como instrumento emancipatório e não apenas de prestação de serviços.

Palavras-chave: Rondon; Extensão Universitária; Plano Nacional de Educação.

1. INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão universitária, instituída pela Resolução nº 7/2018 e prevista no PNE 2014–2024, representa um marco para a educação superior brasileira, ao vincular ensino, pesquisa e extensão em uma mesma estrutura formativa. Essa política busca romper com a tradição tecnicista e assistencialista das



ações universitárias, aproximando a academia da realidade social e comunitária (Imperatore; Pedde, 2015).

O presente trabalho tem como objetivo analisar o caráter extensionista do Projeto Rondon, com foco no Núcleo Rondon da UFRGS, à luz das diretrizes legais e da pedagogia freireana. A justificativa decorre da relevância do Rondon como experiência de extensão nacional, articulada entre universidades e o Ministério da Defesa, e da necessidade de compreender se sua prática corresponde à perspectiva emancipatória e dialógica proposta por Freire (2014).

A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, com estudo de caso e entrevistas semiestruturadas realizadas entre novembro e dezembro de 2024 com quinze integrantes do Núcleo Rondon UFRGS. O trabalho se insere no contexto da Operação Mangabeiras em 2024, realizada nos municípios de São Francisco e Aracaju, no Sergipe.

O estudo visa contribuir para o debate sobre a curricularização - ou creditação - da extensão, destacando potencialidades e desafios da prática extensionista no ensino superior brasileiro.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A extensão universitária no Brasil passou de uma concepção de “assistência à comunidade” para uma prática social dialógica, influenciada por três matrizes principais: as universidades populares europeias, o movimento estudantil latino-americano e a pedagogia freireana (Fraga, 2017). A partir da década de 1960, a ação extensionista passou a incorporar princípios de educação crítica, pautada na comunicação e na emancipação dos sujeitos.

Para Paulo Freire (2014), o termo “extensão” deve ser substituído por “comunicação”, pois apenas o diálogo e a horizontalidade entre educadores e educandos permitem a construção de conhecimento compartilhado. Em Educação Como Prática de Liberdade (2015), o autor defende que a universidade deve superar o autoritarismo e as práticas assistencialistas, atuando com as comunidades a partir de seus saberes e experiências.



Complementando essa perspectiva, Gadotti (2017) e Deus (2020) destacam a extensão como espaço de escuta, reflexão e compromisso social, devendo se opor à mercantilização do ensino superior. Calderón (2011), por sua vez, define sete dimensões da extensão — ética, formadora, acadêmica, didático-pedagógica, cooperadora, estratégica e acolhedora — que devem orientar sua prática nas universidades.

As contribuições de Korol (2007) e Connolly (2020) ampliam o debate freireano ao introduzir a pedagogia feminista, que reforça a necessidade de autocrítica, diversidade e igualdade de gênero nos espaços educativos. Essa abordagem evidencia que a educação emancipatória não se limita à troca de saberes, mas envolve também o reconhecimento das relações de poder e das diferenças sociais.

O Projeto Rondon, criado em 1967 e relançado em 2005, surge como uma das principais iniciativas de extensão no país, reunindo estudantes de diferentes áreas para atuação em comunidades vulneráveis. Seu vínculo com o Ministério da Defesa, entretanto, levanta debates sobre o predomínio de uma lógica disciplinar e hierárquica, que pode tensionar o ideal freireano de autonomia e diálogo.

3. METODOLOGIA

O estudo adota abordagem qualitativa, com um estudo de caso sobre o Núcleo Rondon UFRGS. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quinze participantes (dez estudantes e cinco professores) que integraram diferentes Operações do Projeto Rondon entre 2019 e 2024.

As entrevistas ocorreram entre novembro e dezembro de 2024, totalizando cerca de doze horas e meia de gravações. As perguntas foram elaboradas com base nas diretrizes da Resolução nº 7/2018 e nos princípios da pedagogia freireana, buscando compreender o nível de interação entre universidade e comunidade, a percepção dos participantes sobre o papel social do projeto e possíveis elementos de assistencialismo.



O processo analítico consistiu em comparar as narrativas dos participantes com o referencial teórico, identificando convergências, contradições e percepções sobre a extensão universitária e o trabalho voluntário.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que o Núcleo Rondon UFRGS incorpora práticas relevantes de extensão, especialmente no que se refere à formação cidadã, à interdisciplinaridade e à troca de saberes com a comunidade local. As ações desenvolvidas durante as Operações envolveram oficinas educativas, atividades culturais e projetos de saúde e cidadania, permitindo aos estudantes aplicar conhecimentos acadêmicos em contextos reais.

Entretanto, observou-se também a permanência de discursos e práticas que associam o projeto ao voluntariado, como evidenciado nas publicações oficiais do Projeto Rondon que celebram o “Dia do Voluntário” em suas redes sociais. Essa narrativa reforça a confusão entre ação extensionista e filantropia, aproximando-se de um modelo assistencialista que Paulo Freire (2014) e Gadotti (2017) criticam por sua natureza vertical e não emancipatória.

Alguns entrevistados destacaram que a vinculação ao Ministério da Defesa introduz elementos da pedagogia militar — como disciplina, hierarquia e uniformização — que podem limitar o diálogo horizontal e a autonomia dos estudantes (Veiga; Souza, 2019). Apesar disso, a presença de docentes comprometidos com a pedagogia crítica e com a reflexão coletiva tem contribuído para ressignificar a prática extensionista dentro do Núcleo.

O Núcleo Rondon UFRGS representa um espaço de aprendizagem transformadora, ainda que tensionado por estruturas institucionais que reproduzem o assistencialismo e o controle burocrático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que o Projeto Rondon constitui uma importante ferramenta para a formação cidadã e para o fortalecimento da extensão universitária. Entretanto, o caráter extensionista pleno, fundamentado na pedagogia freireana, ainda enfrenta



desafios diante da presença de práticas hierárquicas e de discursos que associam a ação extensionista ao voluntariado.

A curricularização da extensão universitária, ao exigir que 10% da carga horária dos cursos seja destinada a essas atividades, cria oportunidade para o aprimoramento do Projeto Rondon como política pública de formação superior. Para que cumpra sua função emancipatória, o projeto deve reforçar o diálogo entre universidade e comunidade, privilegiar metodologias participativas e incorporar a crítica feminista e decolonial ao seu desenho pedagógico.

Conclui-se que o fortalecimento da extensão passa por uma revisão ética e política do papel da universidade: de transmissora de saber a mediadora de processos coletivos de transformação social.

REFERÊNCIAS

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. ***Extensão universitária e compromisso social***. São Paulo: Cortez, 2011.

DEUS, Maria de Fátima. ***Extensão universitária e políticas educacionais no Brasil***. Brasília: MEC, 2020.

FREIRE, Paulo. ***Extensão ou comunicação?*** 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. ***Educação como prática de liberdade***. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GADOTTI, Moacir. ***Educação e poder: para além da pedagogia do capital***. São Paulo: Cortez, 2017.

IMPERATORE, Simone; PEDDE, Tatiane. ***Extensão universitária e emancipação social***. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

KOROL, Claudia. ***Pedagogía feminista: una mirada desde América Latina***. Buenos Aires: Pañuelos en Rebeldía, 2007.

CONNOLLY, Noel. ***Feminist pedagogy and social emancipation***. London: Routledge, 2020.

VEIGA, Ilka; SOUZA, José. ***Pedagogia militar e educação superior: desafios contemporâneos***. Recife: UFPE, 2019.



LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação em Educação**: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (Org.). **Avaliação**: interações com o trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2017.